



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Gabinete da Desembargadora Beatriz Figueiredo Franco

gab.bffranco@tjgo.jus.br



APELAÇÃO CÍVEL Nº 5060554-25.2023.8.09.0051

COMARCA: GOIÂNIA

4ª CÂMARA CÍVEL

APELANTE: BANCO C6 CONSIGNADO S/A

APELADA: CLAUDE DIAS DE SÃO JOSÉ

RELATORA: DES^a. BEATRIZ FIGUEIREDO FRANCO

Apelação. Declaratória de inexistência de débito e repetição de indébito. Empréstimo consignado. Fraude de terceiros – fortuito interno. Súmula 479/STJ. Necessidade de observação à compensação dos valores efetivamente usufruídos pelo consumidor na repetição do indébito. Verba sucumbencial fixada lastreada no valor atualizado da causa – Tema 1.076, STJ. Provimento parcial – art. 932, IV, Código de Processo Civil. Sem majoração dos honorários recursais (art. 85, § 11, CPC).

DECISÃO MONOCRÁTICA

BANCO C6 CONSIGNADO S/A, qualificado e representado na *ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos materiais* que lhe move CLAUDE DIAS DE SÃO JOSÉ, apela da sentença prolatada pelo juízo da 16ª Vara Cível de Goiânia, subscrita pelo magistrado Leonardo Aprigio Chaves.

Consta da inicial que o autor foi vítima de fraude bancária, realizada por terceiro fraudador que se intitulava correspondente bancário, tendo sido lançado em seu nome empréstimo consignado no valor de R\$ 135.752,93 (cento e trinta e cinco mil setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos), datado de 30/07/2021, tendo sido o valor transferido para conta bancária do terceiro fraudador. Amparado nesse contexto, requer a declaração de inexistência do débito e restituição do indébito



referente as parcelas do empréstimo descontadas indevidamente.

Ao reconhecer a fraude, o magistrado de origem julgou procedentes os pedidos iniciais, nos seguintes termos:

“(…) Diante do exposto, julgo PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para, reconhecendo a fraude na contratação, declarar a inexistência do débito oriundo do empréstimo consignado ora questionado, determinando o cancelamento do contrato e a suspensão definitiva dos descontos e/ou cobranças das parcelas, sob pena de pagamento de multa correspondente ao dobro do valor indevidamente cobrado/debitado.

Condeno o requerido à restituição dos valores pagos pelo requerente, acrescidos de correção monetária pelo INPC e de juros de mora de 1% ao mês, a partir de cada pagamento.

Condeno o réu, por fim, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor atualizado da causa”.

Opostos embargos de declaração, estes restaram rejeitados (mov. 77).

Nas razões de apelo, o banco recorrente sustenta que o empréstimo foi formalizado mediante contrato com assinatura digital e biometria facial do apelado, além de afirmar que houve transferência do valor emprestado para conta bancária de titularidade do recorrido. Advoga que não participou do negócio jurídico fraudulento realizado entre o consumidor e o terceiro fraudador, de maneira que não subsiste sua responsabilização pelo ilícito. Subsidiariamente, requer que a repetição do indébito compreenda a compensação dos valores efetivamente recebidos pelo consumidor. Ao final, requer o arbitramento de honorários advocatícios de acordo com o art. 85, § 2º, Código de Processo Civil, fixando sua base de cálculo como o valor da condenação.

Preparo realizado.

Contrarrazões à mov. 82.

É o relatório.



Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do apelo. Autorizada pelo disposto no art. 932, IV, Código de Processo Civil, passo a decidir monocraticamente, encampando o disposto na súmula 479 do Superior Tribunal de Justiça e Temas Repetitivos ns. 466 e 1.076, ambos do STJ.

1. Conforme relatado, o autor foi supostamente vítima de fraude bancária, realizada por terceiro fraudador que se intitulava correspondente bancário, tendo sido lançado em seu nome empréstimo consignado no valor de R\$ 135.752,93 (cento e trinta e cinco mil setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos), datado de 30/07/2021, tendo sido o valor transferido para conta bancária do terceiro fraudador. Por ter sido vítima de fraude bancária, requereu a declaração de inexistência do débito e restituição do indébito referente às parcelas do empréstimo descontadas indevidamente. A sentença objurgada julgou procedentes os pedidos iniciais, o que se impugna pelo manejo do presente recurso.

2. Feita breve digressão, a fim de se evitar tautologia, por força dos princípios da economia processual, alinhada à ampla receptividade da fundamentação por remissão nas cortes superiores¹, além da assertividade do juízo de primeiro grau ao decidir as questões suscitadas, encampo neste ato excerto da sentença (mov. 43):

“(…) No caso, ao exame do conjunto fático-probatório, verifico que assiste razão ao requerente quanto à nulidade do empréstimo consignado realizado com o banco requerido.

Da análise dos autos, é possível notar que o requerente é pessoa idosa (72 anos), estando amparado pelo Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), e, portanto, sendo considerado consumidor hipervulnerável e hipossuficiente técnico.

Além disso, infere-se dos documentos que instruem o feito que o requerente foi ludibriado por correspondente bancário ao realizar contratação de serviços de consultoria financeira, com a emissão, por meio digital, de cédula de crédito bancário no importe de R\$ 135.752,93 (cento e trinta e cinco mil setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos) com o banco requerido.

O requerente comprova ter registrado Boletim de Ocorrência após o fato (ev. 1, doc. 12) e demonstra ter efetuado tentativa de contestação do negócio jurídico junto à instituição financeira requerida (ev. 1, doc. 16, fls. 94).

Ademais, os documentos juntados pela instituição financeira demonstram que a contratação foi realizada por aparelho telefônico de terceiro, uma vez que o telefone celular indicado no evento 22, doc. 2, fls. 223/228, diverge daquele registrado em cédula de crédito bancário nº 010110713592 (ev.



22, doc. 2, fls. 238/245).

Destaco que o requerente afirma em depoimento em audiência (ev. 64) ter sido instruído por correspondente bancário em todo processo de efetivação do empréstimo, após o lançamento em seu nome, assim como da transferência dos valores para empresa de consultoria com a falsa perspectiva de investimento.

Deste modo, resta evidente a fraude na contratação de empréstimo consignado e a falha da instituição financeira ao viabilizar o empréstimo em valor significativo, sem maiores cautelas.

A propósito, a súmula 479, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), estabelece que: "A instituição financeira responde pelo defeito na prestação de serviço consistente no tratamento indevido de dados pessoais bancários, quando tais informações são utilizadas por estelionatário para facilitar a aplicação de golpe em desfavor do consumidor".

Constitui fortuito interno o ilícito noticiado nos autos, ante a falha na proteção dos dados e nos critérios de concessão de crédito e prevenção de danos ao consumidor hipervulnerável, de modo que a responsabilidade pelos prejuízos advindos deve ser atribuída ao banco, que responde de forma objetiva nestes casos (art. 14, do CDC), independente da existência de culpa ou dolo.

Assim, há de ser declarada a inexistência do débito reconhecido o direito à reparação do dano material".

O excerto sentencial, no capítulo transcrito, descortina o cenário fático e confere solução adequada à lide.

Os bancos e instituições financeiras estão sujeitos ao Código de Defesa do Consumidor, na condição de fornecedores de serviços, e por esse motivo, são responsáveis pelos danos causados aos consumidores em decorrência de sua atividade, nos termos do artigo 3º, § 2, do CDC. Neste caso, a responsabilidade é objetiva, conforme artigo 14, CDC e Súmula nº 479 do STJ¹, estando a atividade bancária incluída, expressamente, no conceito de serviço, respondendo o banco, independentemente de culpa, pela reparação dos danos causados aos seus clientes, decorrentes dos serviços que lhes presta, bastando ao consumidor demonstrar que sofreu um dano injusto, em decorrência de uma conduta que seja imputável ao fornecedor.

Sobre o assunto, o Superior Tribunal de Justiça firmou a seguinte tese no julgamento do REsp nº 1197929/PR (Tema Repetitivo 466): "As instituições financeiras



respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias". Assim, os riscos do empreendimento são assumidos exclusivamente pelo estabelecimento bancário, de modo que é de seu ofício atentar-se para que a atividade por ele exercida não repercuta ilicitamente na esfera de direitos de sua clientela.

Subsumindo os enunciados jurisprudenciais acima citados ao caso concreto, considerando, ainda, o disposto no artigo 373, do Código de Processo Civil, bem como a inversão do ônus probatório em favor do recorrido concedida na origem (mov. 44), é regra que incumbe ao autor a prova do fato constitutivo de seu direito, e ao réu, a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito autoral. A parte que se descurar desse encargo assume o risco de ter o julgamento em seu desfavor, quando do sopesamento das provas.

Com efeito, o autor recorrido cumpriu o ônus que lhe competia ao demonstrar que a contratação do empréstimo consignado ocorreu mediante fraude bancária realizada por terceiro intermediador, ao passo que a instituição financeira não juntou elementos a comprovar as teses defensivas levantadas, carecendo de documentação idônea a corroborar o alegado. Nesse contexto, ante a inexistência de demonstração de fato impeditivo, modificativo, ou extintivo do direito do autor², a recorrente não logrou êxito em desconstituir a ilegalidade dos descontos efetuados no benefício previdenciário do recorrido, porquanto oriundos de empréstimo consignado fraudulento.

Assim, imerece reparos a sentença objurgada, sendo de rigor, ante o reconhecimento de fraude, a declaração de inexistência do débito e a repetição do indébito.

2.1 Todavia, a fim de que não haja enriquecimento ilícito, é necessário que a repetição do indébito compreenda a compensação dos valores efetivamente recebidos e usufruídos pelo consumidor, provenientes do empréstimo consignado fraudado.

3. Quanto à verba sucumbencial, afirma o recorrente que esta deve ser fixada sobre o valor da condenação, a teor do que dispõe o art. 85 do Código de Processo Civil.

Essa temática já foi enfrentada pelo Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se ao caso o enunciado do Tema 1.076, o qual preleciona:

"1) A fixação dos honorários por apreciação equitativa



não é permitida quando os valores da condenação ou da causa, ou o proveito econômico da demanda, forem elevados. É obrigatória, nesses casos, a observância dos percentuais previstos nos parágrafos 2º ou 3º do artigo 85 do Código de Processo Civil (CPC) – a depender da presença da Fazenda Pública na lide –, os quais **serão subsequentemente calculados sobre o valor: (a) da condenação; ou (b) do proveito econômico obtido; ou (c) do valor atualizado da causa.**

2) Apenas se **admite o arbitramento de honorários por equidade quando, havendo ou não condenação: (a) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (b) o valor da causa for muito baixo**².

Assim, havendo condenação, os honorários advocatícios serão necessariamente fixados entre 10 (dez) e 20% (vinte por cento) do valor desta. Não havendo, estes percentuais serão aplicados sobre o valor do proveito econômico. Por fim, não sendo possível apurar o proveito econômico, incidirão sobre o valor atualizado da causa. A ordem de preferência entre esses critérios é de observância obrigatória (art. 85, § 2º, CPC).

No caso concreto, o dispositivo sentencial abarca a declaração de inexistência do débito, além da condenação à repetição de indébito. Considerando que a parte de natureza declaratória da sentença não possui valor estimável, somado ao fato de que a restituição dos valores referente às parcelas do empréstimo fraudulento indevidamente descontadas aparentemente não representa valor considerável para figurar como base de cálculo da verba honorária, à luz do disposto no Tema 1.076/STJ, correto o parâmetro de valor atribuído à causa para cálculo dos honorários sucumbenciais.

No mesmo sentido:

“(…) Vislumbrando no caso concreto que a verba honorária advocatícia sucumbencial, após aplicado o percentual estabelecido na sentença recursada (10%) e majorado no acórdão embargado (2%), sobre o valor da condenação ilíquida, figuraria aparentemente baixo, impõe-se o acolhimento da 2ª peça de aclaratórios, alterando-se a base de cálculo da referida verba sucumbencial para o valor atualizado da causa (§§2º e 6º-A do art. 85 do CPC)”. (TJGO, Apelação Cível 5574190-58.2022.8.09.0011, Rel. Desª. JULIANA PEREIRA DINIZ PRUDENTE, 8ª Câmara Cível, julgado em 01/07/2024, DJe de 01/07/2024)



“(…) O artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil, impõe ordem preferencial a ser observada quando do arbitramento dos honorários advocatícios sucumbenciais, de modo que, aferindo-se irrisória a condenação e proveito econômico obtido na causa, impõe-se estabelecer como base de cálculo para a referida verba, o valor atualizado da causa”. (TJGO, Apelação Cível 5381331-26.2023.8.09.0093, Rel. Des. RICARDO SILVEIRA DOURADO, 1ª Câmara Cível, julgado em 01/07/2024, DJe de 01/07/2024)

4. Pelo exposto, conheço do apelo e dou-lhe parcial provimento somente para consignar que a restituição dos valores indevidamente descontados na conta bancária do consumidor (repetição do indébito) deve compreender a compensação dos valores recebidos com o empréstimo fraudulento. O restante da sentença mantém-se inalterada.

5. Pelo parcial provimento, deixo de majorar os honorários recursais (art. 85, § 11, CPC).

Documento datado e assinado eletronicamente.

1 Nesse sentido, dentre outros: Segundo a jurisprudência do STJ, é válida a utilização da técnica da fundamentação "per relationem", em que o magistrado adota trechos da sentença como razão de decidir e também apresenta "elementos próprios de convicção, ainda que de forma sucinta, de modo a enfrentar todas as questões relevantes para o julgamento do processo" (REsp n. 2.050.338/MA, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 21/3/2023, DJe de 5/6/2023), como na hipótese dos presentes autos. (STJ, Primeira Turma, AgInt nos EDcl no REsp n. 2.040.012/SC, relator Ministro Gurgel de Faria, julgado em 11/12/2023, DJe de 14/12/2023).

2 Súmula nº 479 STJ- As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias. Rel. Min. Luis Felipe Salomão, em 27/6/2012.

3 Art. 373. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

4 Grifei.

